

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de chaveiro em geral (carimbos, chaves, cópia de chaves, troca de segredo, conserto de fechaduras, abertura de fechaduras e modelagem de chaves), a fim de atender as demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações e quantidades constantes neste instrumento.

2. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de chaveiro em geral (carimbos, chaves, cópia de chaves, troca de segredo, conserto de fechaduras, abertura de fechaduras e modelagem de chaves), a fim de atender as demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações e quantidades constantes neste instrumento.

De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

O objeto deste Termo de Referência possui características correntes de mercado, sendo caracterizado como de natureza comum.

O objeto deste Termo de Referência é necessário e imprescindível para a confecção de artefatos aplicados em serviços desempenhados em serviços previstos no estatuto social da Novacap, que se enquadram na condição de continuado.

O objeto deste Termo de Referência é de fornecimento de material (carimbos e chaves, cópia de chaves, troca de segredo, conserto de fechaduras, abertura de fechaduras e modelos de chaves), portanto, não se enquadra em atividade intelectual, de inovação tecnológica, tecnologia da informação ou possui emprego de mão de obra exclusiva.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO

Estimada	X
Definida	

JUSTIFICATIVA: Trata-se da quantidade estimada com base no levantamento setorial, com margem de variação projetada para absorver possíveis flutuações decorrentes de especificidades operacionais ou sazonalidades características do objeto em questão.

PARCELAMENTO DO OBJETO**SIM****X****NÃO****PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO****SIM****NÃO****X****PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS****SIM****X****NÃO****PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA****SIM****NÃO****X****TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS****SIM****X****NÃO**

JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituída sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado.

Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Não haverá restrição à participação de entidades preferenciais, conforme prevê a legislação vigente, desde que atendidas às exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.

Justificativa para a Vedação à Participação de Cooperativas

Nos termos do Acórdão TCU 2.463/2019 – Primeira Câmara, a colocação à participação de cooperativas deve considerar a natureza do serviço a ser protegido, respeitando o disposto no art. 10 da Lei nº 12.690/2012. No entanto, o completo e fornecido de dispositivos de segurança, como chaves e fechaduras, envolve riscos e bloqueia a aplicação de técnicas especializadas, além da garantia da rastreabilidade e da responsabilidade individual dos profissionais executantes, requisitos que não são plenamente atendidos pela estrutura de funcionamento das cooperativas.

Além disso, a restrição fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados, uma vez que as cooperativas operam com estrutura flexível de mão de obra, o que pode comprometer o controle sobre a capacitação e a regularidade dos profissionais envolvidos. Esse fator é crítico em serviços que exigem sigilo, responsabilidade técnica e rastreabilidade, como a preparação de cópias de chaves e a abertura de fechaduras.

Dessa forma, a restrição imposta justifica-se pela incompatibilidade entre a natureza do objeto e a estrutura organizacional das cooperativas, garantindo a execução adequada do contrato, a segurança dos usuários e a observância dos princípios de eficiência e da isonomia.

REGIME DE EXECUÇÃO

Fornecimento por preço unitário	X
Fornecimento por preço global	
Contratação semi-integrada	

REGIME DE FORNECIMENTO	
Único	
Parcelado	X
JUSTIFICATIVA: Tendo em vista tratar-se de estimativa de consumo, o fornecimento dos referidos produtos dar-se-á mediante demanda da NOVACAP.	

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 22.555,25 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória , e não facultativa em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de referência já apresenta critérios mínimos de especificação do material e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço por lote é o mais adequado.	

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A NOVACAP, apesar da modernização de seus processos administrativos com a implantação de sistemas eletrônicos, ainda depende de diversos documentos físicos, tais como formulários, requerimentos e autorizações, os quais exigem assinaturas diárias de responsáveis, considerando também a possibilidade de troca de chefias.

3.2. Além disso, a Companhia lida diariamente com a necessidade de manutenção e gestão de acessos físicos às suas instalações, o que inclui extravios e danos de chaves, trocas de fechaduras e execução de obras de construção e reforma em seus imóveis. Esses fatores demandam serviços recorrentes de confecção e fornecimento de carimbos e chaves, cópias de chaves, troca de segredo, conserto e abertura de fechaduras, bem como modelagem de chaves.

3.3. Diante da essencialidade desses serviços para o pleno funcionamento das atividades da NOVACAP e da necessidade de atender às demandas de diferentes setores da Companhia, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a execução dos referidos serviços.

3.4. Assim, a formalização desse serviço garantirá maior eficiência operacional, segurança patrimonial e agilidade na execução das atividades institucionais da NOVACAP.

3.5. A quantidade de itens estimada para esta contratação foi baseada na análise dos quantitativos solicitados nos últimos cinco anos, conforme registrado nos contratos anteriores D.A - N° 039/2020 (35270971) e D.A - N° 040/2020 (35376843), bem como nos processos 00112-00030461/2019-95 (principal) e de pagamentos 00112-00034787/2020-25 e 00112-00003332/2021-49, cujos dados constam detalhadamente nas planilhas abaixo:

Contrato anterior - D.A - N° 039/2020 - DJ/PRES/NOVACAP - Processo 00112-00030461/2019-95					
Item	Especificação	Unidade	Quantitativo Previsto	Quantitativo Solicitado nos Últimos 5 anos	Média Anual

1	Carimbo de 0,01 a 10 cm	Unid.	20	183	37
2	Carimbo de 10,01 a 20 cm	Unid.	20	38	8
3	Carimbo de 20,1 a 30 cm	Unid.	10	14	3
4	Carimbo de 30,1 a 40 cm	Unid.	10	11	2
5	Carimbo de 41 a 50 cm	Unid.	10	0	0
6	Carimbo automático entintado Printer 20	Unid.	200	133	133
7	Carimbo automático entintado Printer 30	Unid.	50	Novo item acrescentado	
8	Refil para Carimbo Automático Printer 20 na cor preta	Unid.	50	Novo item acrescentado	
9	Refil para Carimbo Automático Printer 30 na cor preta	Unid.	20	Novo item acrescentado	

Contrato anterior - D.A - Nº 040/2020 - DJ/PRES/NOVACAP - Processo 00112-00030461/2019-95					
Item	Especificação	Unidade	Quantitativo Previsto	Quantitativo Solicitado nos Últimos 5 anos	Média Anual
1	Cópia de Chaves simples.	Unid.	250	588	118
2	Cópias de Chaves para veículos leves.	Unid.	5	13	3
3	Cópias de Chaves para veículos pesados	Unid.	5	14	3
4	Cópias de Chaves codificadas para veículos leves	Unid.	5	Novo item acrescentado	
5	Cópias de Chaves codificadas para veículos pesados	Unid.	5	Novo item acrescentado	
6	Troca de Segredo	Unid.	5	5	1
7	Abertura de Fechadura	Unid.	5	12	2
8	Conserto de Fechadura	Unid.	5	15	3
9	Modelagem de Chave simples	Unid.	15	123	25
10	Modelagem de Chave para veículos leves	Unid.	5	5	1
11	Modelagem de Chave para veículos pesados	Unid.	5	6	1

- 3.6. Os serviços serão executados de acordo com a necessidade da NOVACAP, não havendo obrigatoriedade de utilização do total do quantitativo previsto.
- 3.7. A área demandante, por meio do Memorando 110 (162422989), solicitou a esta Divisão as providências necessárias para o fornecimento do objeto.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO

- 4.1. Os itens a serem adquiridos devem estar de acordo com as seguintes especificações e quantitativos conforme tabela abaixo:

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP
LOTE 1 - CARIMBOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Carimbo de 0,01 a 10 cm	UND	20	R\$ 11,17	R\$ 223,40
2	Carimbo de 10,01 a 20 cm	UND	20	R\$ 13,52	R\$ 270,40
3	Carimbo de 20,1 a 30 cm	UND	10	R\$ 16,18	R\$ 161,80
4	Carimbo de 30,1 a 40 cm	UND	10	R\$ 18,75	R\$ 187,50
5	Carimbo de 41 a 50 cm	UND	10	R\$ 36,50	R\$ 365,00
6	Carimbo automático entintado Printer 20	UND	200	R\$ 32,25	R\$ 6.450,00
7	Carimbo automático entintado Printer 30	UND	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
8	Refil para Carimbo Automático Printer 20 na cor preta	UND	50	R\$ 12,00	R\$ 600,00
9	Refil para Carimbo Automático Printer 30 na cor preta	UND	20	R\$ 14,00	R\$ 280,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01					R\$ 10.438,10

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP					
LOTE 2 - CHAVES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Cópia de Chaves simples	UND	250	R\$ 16,50	R\$ 4.125,00
2	Cópia de Chave para veículo leve	UND	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
3	Cópia de Chave para veículo pesado	UND	5	R\$ 82,50	R\$ 412,50
4	Cópia de Chave codificada para veículo leve	UND	5	R\$ 56,79	R\$ 283,95
5	Cópia de Chave codificada para veículo pesado	UND	5	R\$ 253,20	R\$ 1.266,00
6	Troca de Segredo	UND	5	R\$ 64,00	R\$ 320,00
7	Abertura de Fechadura	UND	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
8	Conserto de Fechadura	UND	5	R\$ 53,27	R\$ 266,35
9	Modelagem de Chave simples	UND	15	R\$ 65,39	R\$ 980,85
10	Modelagem de Chave para veículo leve	UND	5	R\$ 360,00	R\$ 1.800,00
11	Modelagem de Chave para veículo pesado	UND	5	R\$ 412,50	R\$ 2.062,50
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02					R\$ 12.117,15

5. DO PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. A entrega do material e a prestação do serviço ocorrerão no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da coleta da solicitação da CONTRATANTE. O pedido poderá ser repassado ao fornecedor por e-mail ou por contato telefônico.
- 5.2. O material deverá ser entregue ao executor do contrato no seguinte endereço:
- 5.3. Setor de Áreas Públicas Sul, Lote “B” - CEP: 71.215-000 – Brasília-DF, Horário: 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 15h00
- 5.4. A prestação dos serviços será realizada conforme solicitado pelo executor do contrato, nos seguintes locais e horários:
- 5.5. Sede - Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”, HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 15:00h. CEP. 71.215-000 - Brasília-DF.
- 5.6. Viveiro I – SMPW Qd 06 conj 2 AE – Park Way, HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 15:00h. CEP. 71.740-602 - Brasília-DF.
- 5.7. Viveiro II – Setor de Oficinas Norte, Qd 2 Conj C – SOF Norte, HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 15:00h. CEP. 70.634-200 - Brasília-DF.
- 5.8. Galpão do SIA (instalações do ARQUIVO GERAL) – Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho 4 Lotes 1.290 a 1.450 - SIA – Brasília-DF.
- 5.9. A entrega do material e a prestação dos serviços não acarretarão nenhum ônus à NOVACAP, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada qualquer evento que possa surgir.

6. DO RECEBIMENTO

- 6.1. Cada fornecimento somente será considerado concluído mediante a emissão de termo de recebimento provisório e definitivo;
- 6.2. Os materiais serão recebidos da seguinte forma:

- 6.3. **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação.
- 6.4. **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação nos termos constantes da nota de autorização de despesas.
- 6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. A Nota fiscal deverá ser descritiva, contendo marca, fabricante, validade, nº da Ordem de Serviço, Nº da Nota de Empenho, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como as retenções tributárias, assim como as informações previstas neste Termo de Referência. A Empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da respectiva nota de empenho e aprovação das amostras, quando for o caso.
- 6.7. É de responsabilidade do fornecedor, disponibilizar às pessoas encarregadas pela descarga dos produtos, equipamentos de proteção ou afins que se fizerem necessários. Além de arcar com todos os tributos oriundos do transporte, entrega e fornecimento.
- 6.8. Os produtos devem estar de acordo com as especificações técnicas e normas exigidas neste Termo de Referência. Caso o(s) produto(s) não atenda(m) as especificações previstas anteriormente mencionadas, os mesmos serão recusados e devolvidos aos fornecedores, às expensas do mesmo para substituição, devendo a empresa dar a destinação adequada ao produto devolvido.
- 6.9. Os produtos recusados deverão ser substituídos no prazo de até 5(cinco) dias úteis após o recebimento da notificação pela contratada;
- 6.10. Entregas antecipadas poderão ser realizadas para compensações posteriores, desde que devidamente autorizadas pela Contratante.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e suas propostas, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita realização do objeto e ainda:
- 8.2. Efetuar a confecção do material e serviços conforme especificações, constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao material solicitado e serviço prestados no prazo;
- 8.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, sendo o material ou serviços com avaria e defeitos, no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas e às suas expensas, a critério da contratante.
- 8.4. Caso a contratada não consiga cumprir o prazo da entrega esta deverá comunicar a contratante, apresentando justificativa no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas, sob pena de aplicação de penalidade prevista na Lei vigente.
- 8.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 8.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato;
- 8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.8. No caso de materiais em desacordo com o solicitado a contratada terá o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas e às suas expensas, a critério da contratante para repor os materiais corretos assumindo todos os custos decorrentes.
- 8.9. Caso haja necessidade da empresa em executar qualquer serviço novamente, por erro da mesma, o mesmo deverá ser executado, às suas expensas, inclusive com o deslocamento do profissional até a Novacap.
- 8.10. O prazo de atendimento, aos pedidos considerados de rotina será no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, após assinatura do contrato ou recebimento do comunicado da emissão da NOTA DE EMPENHO, o que ocorrer primeiro, a contar do pedido efetuado pela contratante via e-mail.
- 8.11. Os pedidos solicitados em caráter de urgência ou emergência deverão ser atendidos no prazo de até 06(seis) horas a contar do recebimento da solicitação.
- 8.12. Nos casos em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, o serviço deverá ser refeito e/ou substituídos no prazo mínimo de até 06(seis) horas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação;
- 9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento do material executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- 9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 9.6. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.7. O material deverá ser corretamente acondicionado e transportado de forma a evitar que sejam danificados durante o transporte.
- 9.8. Notificar a Contratada, por meio de Ofício, pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, visando adotar as medidas saneadoras necessárias.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO

- 12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do material de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e da Lei nº 13.303/2016.
- 12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle do recebimento e guarda dos materiais e do contrato.
- 12.3. A verificação da adequação de fornecimentos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 12.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das

cláusulas contratuais, conforme o disposto nos art. 223 a 238 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

12.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

12.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento do material.

12.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA realize a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento do material.

12.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento do material em relação à qualidade exigida, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

Programa de Trabalho - 15.122.8209.8517.0001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS;

Natureza da Despesa - 33-90-39;

Valor - R\$ 22.555,25 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos);

Fonte de Recursos - 100

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos materiais, conforme este Termo de Referência.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e Licitações e Contratos da Novacap.

14.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.6. o prazo de validade;

14.7. a data da emissão;

14.8. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.9. o prazo de entrega dos materiais;

14.10. o valor a pagar; e

14.11. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.14. não produziu os resultados acordados;

14.15. deixou de fornecer os materiais com a qualidade ou quantidade inferior à demandada.;

14.16. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.18. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.20. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018..

14.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.22. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.24. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.26. É vedado o pagamento, a qualquer título, por fornecimento de material, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.27. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela em atraso

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis por um período inferior a um ano, conforme o art. 28 da Lei 9.069/95. . Após esse período, os preços serão reajustados anualmente, conforme previsto no Decreto nº 37.121/16, utilizando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. O marco inicial para a contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste, será a data da apresentação da proposta.

15.2. O reajuste será concedido automaticamente, salvo disposição em contrário entre as partes ou se o atraso no prazo de execução se der por culpa da contratada.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano., a partir da assinatura, podendo ser prorrogáveis até 5 (cinco) anos, nos moldes da Lei 13.303/2016 e do art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e suas alterações.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A exigência de garantia contratual tem como objetivo resguardar a Administração quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada. No entanto, considerando que o objeto deste contrato refere-se à prestação de serviços de chaveiro, executados sob demanda e sem obrigações futuras, não há justificativa técnica ou jurídica para a exigência de garantia.

17.2. Ademais, conforme o artigo 149, §2º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, a exigência de garantia pode ser dispensada nas contratações de pronta entrega, o que se aplica ao presente caso, em que os serviços serão realizados conforme a necessidade da Administração, sem obrigações futuras vinculadas.

17.3. O valor do contrato também não representa risco significativo para a NOVACAP, sendo compatível com contratações similares, nas quais a garantia não é usualmente exigida. Ressalta-se que o pagamento será realizado após a execução e conferência das medições, o que minimiza quaisquer riscos à Administração.

17.4. Dessa forma, tendo em vista a natureza do objeto, a ausência de obrigações futuras, o valor do contrato e a possibilidade de dispensa prevista no regulamento, **não se justifica a exigência de garantia contratual**, em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

18. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter a empresa realizando os serviços com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

18.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

19.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste Termo.

19.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado do pagamento da Contratada.

19.5. O não pagamento da multa aplicada pela Contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.6. As sanções previstas nos incisos I e III do item 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.7. O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

19.8. A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

19.9. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações e Contratos, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20. DA MATRIZ DE RISCO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de Carimbos e chaves, Cópias, Troca de Segredo, Conserto de Fechadura, Abertura de Fechadura e Modelagem de Chaves						
NATUREZA DO RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA MITIGADORA
1.CONTÁBIL	1.1 Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Contratada	Mudança na legislação ou falha na classificação fiscal	Variação nos custos e impacto nos lucros da contratada	Baixo	Planejamento empresarial e diligência contábil

2. Financeiro	2.1 - Atrasos no pagamento das faturas pela contratante	Contratante	Indisponibilidade momentânea de recursos financeiros	Atraso no cronograma de entrega e fluxo de caixa comprometido para a contratada	Médio	Aplicação de atualização monetária nas faturas pendentes
3. JURÍDICO	3.1 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a execução dos serviços contratados	Contratada	Eventos imprevisíveis como greves gerais, enchentes, incêndios etc.	Aumento do custo e interrupção ou atraso na prestação dos serviços	Alto	Revisão contratual com possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro
	3.2 - Impedimento de pagamento de faturas por ausência de regularidade fiscal da contratada	Contratada	Gestão ineficiente ou dificuldades para emissão de certidões	Suspensão de pagamentos e impacto no fluxo de caixa da contratada	Médio	Acompanhamento da regularidade fiscal e planejamento documental
4. PESSOAL	4.1 - Greves ou manifestações dos funcionários da contratada	Contratada	Reivindicações trabalhistas e insatisfação da equipe	Interrupção temporária da prestação dos serviços	Baixo	Aditivo de prazo sem ônus para a contratante, observada a motivação
5. TÉCNICO/ OPERACIONAL	5.1 - Atraso na entrega dos produtos ou serviços por culpa da contratada	Contratada	Falta de insumos, má gestão de estoque ou falha na logística	Atraso no atendimento das demandas da contratante	Alto	Suspensão das atividades; aditivos de prazo sem ônus; aplicação de sanções contratuais
	5.2 - Erro na estimativa de custos da contratação	Contratante	Falha na pesquisa de preços ou orçamentação deficiente	Superfaturamento ou subfaturamento	Médio	Realização de ampla pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente

21. ELABORADO POR

LUIS SEGUNDO DE MAGALHÃES

Membro da CPCO

Wesley Tavares dos Santos

Presidente da CPCO

DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA

Departamento de Suprimentos e Patrimônio/DSP/DS

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante.

ELIE ISSA EL CHIDIAC

Diretor de Suporte - DS



Documento assinado eletronicamente por **LUIS SEGUNDO DE MAGALHÃES - Matr.0074208-2, Membro da Comissão**, em 09/04/2025, às 13:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY TAVARES DOS SANTOS - Matr.0073548-5, Presidente da Comissão**, em 09/04/2025, às 16:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA - Matr.0073623-6, Chefe do Departamento de Suprimentos e Patrimônio**, em 09/04/2025, às 16:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **167547238** código CRC= **BAC2F808**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00002669/2025-62

Doc. SEI/GDF 167547238